

A RELAÇÃO ENTRE PODER E BELEZA NO IMAGINÁRIO BRASILEIRO: REFLEXÕES SOBRE O SUJEITO PODEROSO E AS IMPLICAÇÕES PARA OS NÃO BELOS

Maria Luiza do Nascimento Afrizio

Graduanda em Ciências Sociais (UFRJ)

Agradecimentos especiais a meus pais Aline e Luiz, Lucas Davi, Yasmim e Yago que viram todo o processo de escrita desse trabalho e tiveram TODA a paciência do mundo com meus surtos e inseguranças. Amo vocês.

RESUMO

O artigo a seguir propõe uma reflexão acerca do imaginário brasileiro sobre o sujeito poderoso no país. Que características não somente físicas, mas também subjetivas esse indivíduo possui, e como ele exerce seu poder sobre aqueles que não possuem ou seguem essas determinadas características. Para tanto o conceito de colonialidade do poder de Aníbal Quijano e o texto *Racismo e Sexismo* de Lélia González foi essencial num primeiro recorte. Num segundo, foram utilizados dados estatísticos sobre a população negra, parda e LGBTQIAPN+ como embasamento para a argumentação. Concluiu-se que o indivíduo branco dotado de poder abusa de tal artifício para oprimir e violentar corpos negros, pardos e LGBTs, incluindo o homicídio desses indivíduos. Terminando com a ideia de Fanon sobre o indivíduo legado a zona do não ser, ser exatamente aquele capaz de reverter essa situação.

PALAVRAS-CHAVE

Poder; Beleza; Zona do Não Ser; Perspectiva decolonial.

ABSTRACT

The following article proposes a reflection on the Brazilian imaginary about the powerful subject in the country. What not only physical but also subjective characteristics this individual possesses, and how he exercises his power over those who do not possess or follow these particular characteristics. For this, the concept of coloniality of power of Aníbal Quijano and the text *Racismo e Sexismo* by Lélia González was essential in a first cut. In a second, statistical data on the black, brown and LGBTQIAPN+ population were used as a basis for the argument. It was concluded that the white individual endowed with power abuses such artifice to oppress and rape black, brown and LGBT bodies, including the murder of these individuals. Ending with Fanon's idea of the individual bequeathed the zone of not being, being exactly the one capable of reversing this situation.

KEYWORDS

Power; Beauty; Zone of Not Being; Decolonial perspective.

INTRODUÇÃO

O trabalho a seguir busca compreender o que é ser belo e poderoso no Brasil, para tanto busco discutir tal questão a partir de conceitos como Colonialidade do Poder de Aníbal Quijano e Zona do não-ser de Frantz Fanon.

O objetivo da pesquisa é encontrar uma relação entre a ideia de um rosto adequado a assumir poder e quais as implicações àqueles que não correspondem aos requisitos para tal designação. Para isso, foi necessário estabelecer alguns objetivos intermediários como a mobilização de conceitos para compreender como se estrutura tal poder; a identificação do porquê determinadas pessoas não são detentoras de beleza e, por consequência, poder; e, por fim no que implica a tais existências não ser apto a deter poder.

Compreender tal relação é essencial numa análise cotidiana mais profunda, crítica e consciente da sociedade, pois exorta a tomada de posição, não só na luta antirracista e contra a lgbtfofia, mas numa luta anticapitalista na sua essência.

Para tal pesquisa, a metodologia utilizada foi a qualitativa descritiva, visto que ela busca compreender e discorrer criticamente sobre conceitos e fenômenos sociais, com uma técnica de pesquisa baseada em revisões bibliográficas e dados estatísticos.

Todo poder tem um rosto, ou um imaginário. E é esperado que esse rosto atinja alguns parâmetros, que esteja num corpo que também respeite certos padrões. Esse rosto deve ser belo, ou “apresentável” no mínimo, que represente os ideais daquilo que emana poder. À época colonial, tal poder tinha o rosto de um homem, cisheterossexual, cristão, nobre, branco e obviamente europeu; se tal poderoso estivesse nas Américas, com certeza seria proprietário daqueles destituídos de identidade, humanidade, poder e, com certeza, beleza.

Tomo como base fundamental para tal texto os artigos: *Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina de Aníbal Quijano* e *Racismo e sexismo na cultura brasileira de Lélia González*. A partir deles, busco compreender e relacionar a ideia

de dar um rosto belo ao poder e o que isso implica para rostos e corpos que não se adequam a tal padrão físico e de subjetividades.

De início me apoio no conceito de colonialidade do poder, que apresenta princípios e padrões de exercer poder (de tornar e manter, submissos uns outros) que se mantém desde a época colonial, vigorando ativamente até hoje ao redor do mundo; especialmente nas subjetividades, como uma esfera central que é capaz de dar e retirar valor (Quijano, 2005).

Tal colonialidade aliada à construção mental moderna de raça (que é um elemento colonial, criado para configurar não somente a estrutura de trabalho e seu controle, mas também a posição social dos seres no que Wallerstein vai chamar de Moderno Sistema Mundo), e a ideia de eurocentrismo ajudaram a criar um espaço, um local que não é físico, percebido por Frantz Fanon como a Zona do Não-Ser.

Depreende-se de tal conceito que esta Zona do Não-Ser é um espaço social no qual se encontram indivíduos violentados e marginalizados por processos de subjugação, em especial o colonialismo. Neste lugar tais indivíduos são destituídos de dignidade e até mesmo humanidade (Fanon, 2009).

Num primeiro momento, busco compreender como relacionar tais conceitos com a realidade vivida por corpos negros na história brasileira. É fato inegável que a Modernidade nasce aliada a concepção de raça, e esta por sua vez, traz consigo uma consequência nefasta que é o racismo, do qual se vê atrocidades cometidas a torto e a direito mundo afora (Quijano, 2005).

Essa construção moderna e sua consequência direta é responsável por uma divisão racial do trabalho e por um eurocentramento do capital mundial que designou a corpos negros e indígenas o cargo de subalternos em questões trabalhistas, culturais e até mesmo de humanidade (Quijano, 2005).

Nessa lógica, perceber corpos indígenas como seres humanos inferiores e corpos negros como não-humanos os designa ao lugar do Não-Ser, considerados objetos, forças produtivas apenas; corpos femininos eram ainda vítimas de assédios e estupros recorrentes; era nada mais que costumeiro,

analisado pelo olhar do invasor branco, daquele que detinha o poder (e detém até hoje, por meio de outros métodos).

Visitando o outro texto central para este artigo, Racismo e sexismo na cultura brasileira, de Lélia González, a autora se apoia nos conceitos da psicanálise para compreender e identificar o papel e o imaginário do lugar da mulher negra na sociedade brasileira de seu tempo (o texto foi originalmente publicado em 1984), a autora faz uma oposição entre consciência e inconsciência sobre o lugar da mulher negra.

Para tanto ela analisa três arquétipos: a mulata, a doméstica e a mãe preta. A mulata é aquela idealizada, objetificada e desejada, muito bem explicitado em época de carnaval, onde ela é tida como a protagonista, uma Cinderela. Quando se acabam os festejos, a mulata perde esse protagonismo e é devolvida ao papel de servente, volta a ser doméstica. São estas figuras que estão na consciência, onde se produzem os discursos dominantes (González, 1984).

Já a mãe preta é aquela velada pelo inconsciente, aquela que está resistindo na memória porque é oculta pela consciência, nos tempos coloniais era a figura da mucama, a qual possuía o papel de mãe e o papel de mulher, de objeto de desejo, cuja sexualidade estava atrelada a um plano animalesco (González, 1984).

A mulher branca ficava legada ao papel de ser a outra, não era a materna e nem objeto de desejo. Mas era aquela digna o suficiente para casar-se e gerar os filhos de tais homens.

Por não ser o foco principal deste artigo, não irei me estender nas explicações freudianas e lacanianas que Lélia González atribui a tal história contada e ao mesmo tempo sistematicamente velada. O que chama atenção é como o corpo da mulher negra é atrelado apenas a uma sexualidade vulgar e animalesca, e quando não está nesse plano é visto apenas como servente ou cuidadora.

A cultura brasileira é criada, cuidada e servida pela mulher negra e deseja lascivamente seu corpo, mas ainda assim, conscientemente a detesta (González, 1984).

É inimaginável que corpos negros sejam belos em tais conjunturas. Desde a época colonial são vistos como mão de obra, tratados como animais, são somente objetos de desejo aos prazeres sexuais daqueles que dominam; decerto não seriam humanos. Se não são sequer humanos, como poderiam ser belos, quiçá poderosos?

Outro grupo violentado e silenciado, não por seus traços fenotípicos, mas por sua subjetividade, por sua orientação sexual e sua identidade de gênero, é o da comunidade LGBTQIAPN+, que destoam do padrão da heterossexualidade e do que é considerado moralmente correto pelo grupo dominante detentor de poder (que se julgam no direito de moralizar ou não até mesmo a identidade e pela forma como se relacionam outras pessoas).

Tidos como promíscuos, indecentes e imorais, esses corpos são brutalmente assassinados no país e/ou vítimas de um fazer morrer (como percebido por Foucault); prova disso são os 228 assassinatos cometidos contra LGBTs em 2022 e os 30 suicídios nesse mesmo período, de acordo com os dados obtidos pelo Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil.

O fazer morrer neste caso está inserido nos números de suicídios (30) e outras causas (15). Essa locução é fruto de um conceito denominado Poder de Soberania (ou Poder Soberano) que designa um direito sobre a continuidade ou não da vida que um soberano teria sobre seus súditos, num apanágio que relegava ao soberano um poder de espada (Foucault, 2002 *apud* De Moraes, 2020).

Tal ideia foi percebida dentro dos limites do continente europeu e seus Estados, mas, é preciso mencionar que o Estado brasileiro é herdeiro legítimo do Estado Moderno Europeu Português, o que, por lógica, designa nosso Estado como reprodutor destas práticas (De Moraes, 2020).

Outro conceito que se adequa ainda melhor a tal realidade é o conceito de Mbembe de Necropolítica. Mbembe revisita as teses de Foucault e percebe a política como um trabalho da morte que designa ao soberano um direito de definir quem deve morrer, incluindo também mortes que não são necessariamente físicas, criando uma população de “mortos-vivos” que veem sua existência

submetida a condições indignas (Mbembe, 2018 *apud* De Moraes, 2020).

De um lado tem-se corpos negros indignos ao poder pelos seus traços fenotípicos, pela suposta inferioridade de suas culturas, pela estigmatização colonial da divisão racial do trabalho, pela objetificação dos seus corpos.

Do outro, corpos LGBTQIAPN+ são indignos ao poder nem sempre por traços fenotípicos, mas também por sua subjetividade de identidade e relações, que não correspondem ao padrão de moralidade patriarcal e judaico cristão; por sua suposta promiscuidade e afronta aos bons costumes.

A essa altura, acredito não ser mais necessário dizer quem são esses poderosos, que mandam e desmandam não somente em condições materiais à vida daqueles que veem a tomada de sua dignidade, já fica bem subentendido. Mas, na verdade, é necessário sim, dizer e deixar bem claro quem são esses que deslegitimam, desumanizam e violentam não só corpos negros, mas também corpos indígenas e corpos LGBTQIAPN+ no país. Isto se deve certamente ao eurocentrismo e a já citada colonialidade do poder, que perpetuam a imagem, a face padronizada daqueles adequados ao poder.

O eurocentrismo funciona como uma régua que mede os níveis de cultura, política, tecnologias e intelectualidade tomando como modelo mais perfeito a Europa; é a mais clássica e latente expressão de etnocentrismo (Quijano, 2005).

Um rosto belo, propício ao poder no território brasileiro é o rosto de um homem. Um homem branco, cisheterossexual, cristão (ou que pelo menos saiba fingir muito bem ser um), capitalista, possivelmente de antepassados europeus, um homem liberal na economia, mas conservador nos costumes.

Esse é o perfil do candidato perfeito ao cargo de poderoso, daquele que vai exercer sua influência naqueles ao seu redor e que vai, sem nem hesitar, deslegitimar e fazer morrer se necessário todos aqueles que não se curvam aos seus mandos.

Retomando Lélia González (1984), ela explicita um esforço por parte da consciência em velar, deixar oculta a mãe preta,

aonde a memória, sendo o não-saber que conhece, restitui uma memória não escrita, uma história não oficializada dos negros no Brasil.

Análogo a tal proposição, sugiro também um velamento, mas não pelos esforços da consciência (embora também parta de forças dominantes), mas sim pela prepotência do fazer morrer institucionalizado pelo Estado Brasileiro e por aqueles apresentáveis, adequados e belos o bastante para controlarem tal poder.

Esse velamento se dá exatamente na humilhação e na condição de indignidade e inferioridade a que esses corpos desviantes da norma se encontram, seja por traços fenotípicos e vítimas de uma colonialidade racista, seja por sua identidade de gênero e/ou pelos seus relacionamentos. Um velamento repleto que se concretiza no lançamento desses corpos na já citada zona do não ser.

Tais corpos ficam à mercê de violências, institucionais ou não, têm o acesso a direitos dificultado e até mesmo impossibilitado, seja o direito a saúde, à moradia digna, saneamento básico, educação e medidas de permanência precarizadas; tudo isto para mantê-los num local “estéril e árido” (Fanon, 2009).

No último censo, o número de pessoas pardas e pretas contabilizavam respectivamente 45,3% e 10,6% da população brasileira, e eram maioria nas regiões Norte e Nordeste, nos quais, tomando por exemplo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), os domicílios são os mais humildes e com condições mais simples, com poder aquisitivo menor (G1, 2023; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023).

Num levantamento realizado pela UNESP em 2022, a fim de mapear a diversidade sexual e de gênero no país, a população adulta que se declara assexuais, lésbicas, gays, bissexuais e transgênero corresponde a 12% da população, ou aproximadamente 19 milhões de brasileiros. Tal estudo objetivava tirar da invisibilidade tal grupo, a fim de gerar políticas públicas que atendam às suas necessidades (Stariolo, 2022)

Como bem salientado, censos e levantamentos ajudam a retirar da invisibilidade parcelas da população, pessoas LGBTQIAPN+ não possuem tal espaço nos censos do IBGE, o que já explicita uma violência contra a comunidade. Indivíduos ALGBT mencionados no estudo sofrem com estigmas e discriminação o que lhes acarreta piores condições socioeconômicas e de saúde, tanto física quanto mental (Stariolo, 2022).

Mencionando violências, dentre as variadas formas, o número de agressões sexuais é o mais estarrecedor, o levantamento revelou que essa comunidade é a que mais sofre violência sexual, principalmente pessoas trans que relataram 25 vezes mais episódios de violência que homens hétero cis (Stariolo, 2022).

É exatamente isso que os belíssimos detentores de poder desejam, ver seus oprimidos em situações e condições deploráveis, com ambientes mínimos de sobrevivência, sem condições de prosperar, se defender e quiçá poder revidar.

Pelo menos é o que desejam somente.

É com Frantz Fanon que eu fecho este artigo. Fanon percebe como o colonialismo junto ao racismo, gerou a zona do não-ser e estruturou a sociedade capitalista como a concebemos atualmente. Neste trabalho compreendo a zona do não-ser como uma região estéril a qual os belos empurraram não somente corpos negros, mas também corpos LGBTQIAPN+.

No entanto, a libertação de tais mazelas partirá desses mesmos corpos, dessas mesmas subjetividades, numa luta que não só consolidará sua humanidade, mas também terá cunho anticapitalista, para executar derradeiramente tal sistema que mercantiliza e perpetua tal situação. Tal libertação virá pela luta armada (Fanon, 2022).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DE MORAES, Wallace. AS ORIGENS DO NECRO-RACISTA-ESTADO NO BRASIL – CRÍTICA DESDE UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL & LIBERTÁRIA. Revista Estudos Libertários – REL (UFRJ), Rio de Janeiro, Vol. 2 No 6, p. (5 a 27), novembro, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/39358/21466>

Dossiê denuncia 273 mortes e violências de pessoas LGBT em 2022. Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil, 2023. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2022/>. Acesso em: 16/07/2023

FANON, Frantz. Piel negra, máscaras blancas. Ediciones Akal, 2009.

FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista ciências sociais hoje, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS DOMICÍLIOS E DOS MORADORES 2022. ISBN 978-85-240-4569-1, IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102004_informativo.pdf. Acesso em: 18/07/2023.

POPULAÇÃO QUE SE DECLARA PRETA SOBE PARA 10,6% EM 2022, DIZ IBGE. G1 Notícias. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/06/16/populacao-que-se-declara-preta-sobe-para-106percent-em-2022-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 18/07/2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

STARIOLO, Malena. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO PIONEIRO NA AMÉRICA LATINA MAPEIA COMUNIDADE ALGBT NO BRASIL. Jornal da UNESP, 2022. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2022/10/24/levantamento-quantitativo-pioneiro-na-america-latina-mapeia-comunidade-algbt-no-brasil/#:~:text=0%20percentual%20de%20brasileiros%20adultos,o s%20dados%20populacionais%20do%20IBGE>. Acesso em: 18/07/2023.